



"VIDAS RECICLADAS": ATUAÇÃO EXTENSIONISTA NO CAMPO DO COOPERATIVISMO CATADOR NO DISTRITO FEDERAL

"RECYCLED LIVES": EXTENSION WORK IN THE FIELD OF WASTE PICKERS COOPERATIVES IN THE FEDERAL DISTRICT

Resumo

Este artigo discute a experiência de extensão e pesquisa no campo do cooperativismo catador, a partir da vivência de discentes da Universidade de Brasília que participaram dos projetos de extensão "Vidas Recicladas: engajamentos sociotécnicos ao cooperativismo entre catadores de resíduos sólidos no Distrito Federal" e de pesquisa "Experiências de Catadores de materiais recicláveis confrontados a dispositivos de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal", realizados entre 2022 e 2024. Emergem, diante desse universo temático, três dicotomias: entre extensão e pesquisa, entre universidade e comunidade, e entre cooperativismo e o modo de produção vigente. Essas relações foram refletidas em um processo pragmático de investigação nas cooperativas, regimes de trabalho à margem da economia capitalista, que contemplam sujeitos igualmente marginalizados. Reflete-se, assim, sobre os efeitos dessa prática conjugada na formação em Ciências Sociais e na produção desse saber, problematizando o comprometimento da área com os agentes investigados e com processos sociais transformadores.

Palavras-chave: Extensão universitária, Pesquisa acadêmica; Cooperativismo; Catadores de materiais recicláveis; Gestão de resíduos sólidos.

Abstract

This article discusses the experience of extension and research in the field of waste picker cooperativism, based on the experiences of students from the University of Brasília who participated in the extension and research projects "Recycled Lives: sociotechnical engagements in cooperativism among solid waste pickers in the Federal District" and "Experiences of Waste Pickers confronted with solid waste management devices in the Federal District", carried out between 2022 and 2024. Three dichotomies emerge from this thematic universe: between extension and research, between university and community, and between cooperativism and the current mode of production. These relationships were reflected in a pragmatic process of investigation in cooperatives, work regimes on the margins of the capitalist economy, which include equally marginalized subjects. Thus, we reflect on the effects of this combined practice in training in Social Sciences and in the production of this knowledge, problematizing the area's commitment to the agents investigated and to transformative social processes

Keywords: University Extension; Academic research; Cooperativism; Waste pickers; Solid waste management.

*Luisa Correia Alves
**Bárbara Ribeiro Perotto

Recebido em: 13/06/2025
Aceito em: 23/07/2025

1. Introdução

O projeto de extensão “Vidas Recicladas: engajamentos sociotécnicos ao cooperativismo entre catadores de resíduos sólidos no Distrito Federal”, realizado em três edições entre 2022 e 2024, comprometeu-se com a compreensão do complexo processo de inserção socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis que atuavam no Lixão da Estrutural - ativo desde 1960 e encerrado em 2018, nas cooperativas, como previsto pela PNRS¹ e pela Política Distrital de Resíduos Sólidos². Iniciado com dois anos de distância deste acontecimento, as ações de extensão voltaram-se para a investigação de como as cooperativas da Central de Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP) - a maior rede de reciclagem do Centro-Oeste - manejaram sua estruturação diante do processo de transição, a partir de reuniões com a diretoria e acompanhamento da rotina da Central. Essa compreensão priorizou considerar como os próprios catadores expressavam seu entendimento a respeito da sua inserção produtiva no cooperativismo, por meio de conversas informais e da aplicação de entrevistas narrativas com esses sujeitos.

O projeto de pesquisa “Experiências de Catadores de materiais recicláveis confrontados a dispositivos de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal: engajamentos ao cooperativismo e capacidade de inovação social”, por sua vez, previu a aplicação de entrevistas semiestruturadas e grupos focais em 22 cooperativas do Distrito Federal. Em função desta pesquisa, foi possível ampliar a escuta dos relatos dos catadores, o que permitiu o aprofundamento desta investigação, embasada pelo levantamento de dados normativos, à nível distrital, nacional e internacional, à respeito da gestão de resíduos sólidos e do cooperativismo catador.

O cooperativismo, reconhecido formalmente pela Lei nº 5.764/1971³, prevê a autogestão do trabalho pelos seus associados, em um entendimento de que essas empresas dispõem de autonomia. Ainda, o entrecruzamento do cooperativismo com a gestão de resíduos sólidos significa que esse processo de empoderamento é prejudicado pelas incidências de atores hegemônicos. As cooperativas e associações de catadores são parte das infraestruturas residuais⁴ da sociedade urbana assimiladas para a integração desses catadores no sistema da limpeza urbana e da gestão de resíduos sólidos, presentes em um colonialismo sutil e persistente como “um conjunto de relações fundiárias contemporâneas e em evolução que podem ser mantidas por boas intenções e até mesmo por boas ações”⁵.

Infelizmente, com a capacidade limitada de acesso ao resíduo, e dependentes dos outros agentes do sistema da reciclagem, a quantidade de materiais recicláveis de qualidade diminui drasticamente. Consequentemente, também é afetada a possibilidade de negociação dos preços das toneladas de materiais separados para venda, já que vendem para empresas privadas – em sua maioria já bem instaladas e “conhecedoras” do sistema da economia circular. Os operadores privados são capazes de alterar o valor de compra do material de acordo com os impostos, época do ano, qualidade do material (o quão limpo o resíduo separado está), o que prejudica, mais do que empodera, as catadoras e catadores, uma vez que se tornam reféns do sistema de precificação das empresas. Na realidade distrital, essa dinâmica ainda é intercedida pelo Serviço de Limpeza Urbana, responsável pela coleta seletiva no território e pela destinação dos resíduos às cooperativas e associações, por meio de contratos que as desfavorecem e não garantem recursos suficientes para a realização do trabalho em boas condições.

Porém, ao colocarmos a figura do catador no foco dessa infraestrutura, trazemos também o seu lugar de pertencimento nas dinâmicas com o resíduo, e, assim, é construído um lugar de resistência ao apagamento sistemático e mecânico da importância da sua atividade dentro do ciclo de vida do material reciclável. Parte desse apagamento surge da invisibilidade desses trabalhos e da baixa remuneração - que, muitas vezes, não ultrapassa um salário-mínimo, em contraste ao serviço braçal excessivo que desempenham e as condições insalubres às quais estão submetidos. Esses dois problemas alimentam um ao outro, uma vez que é comum que a qualidade do material entregue nas cooperativas e associações se diferencie de acordo com o local de origem, isto é, se o local de origem do resíduo advir de uma comunidade com ou sem acesso à educação ambiental e a coleta seletiva. Nesse caso, o impacto é gerado diretamente na folha de pagamento dos catadores, uma vez que a qualidade do resíduo impacta no seu aproveitamento e, consequentemente, no rendimento mensal da cooperativa.

Essas nuances do trabalho cooperativista não poderiam ter sido alcançadas, senão

¹ BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010.

² DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 5.418 de novembro de 2014. Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

³ BRASIL. Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1971.

⁴ LIMA, M. R. P. Infraestruturas residuais: colonialismos na gestão de resíduos e a política catadora. Estudos Avançados, 2023, v. 37, n. 107, p. 63-82.

⁵ LIBOIRON apud LIMA, p. 69, 2023, tradução nossa.

com o acesso direto e a convivência nesses espaços físicos de resistência catadora, através do projeto de extensão, de forma que a observação participante, os momentos de troca e interação social oportunizassem um olhar diferenciado acerca da relação dos catadores com o ambiente e o resíduo. Ao associar o impacto pessoal de uma ação individual ao benefício coletivo, cria-se um sentimento de fraternidade com o outro. Higienizar o resíduo antes do descarte e separá-lo corretamente, por exemplo, aumenta suas chances de aproveitamento e, por conseguinte, de um pagamento adequado por aquele material. Assim, já não mais nas sombras do apagamento da infraestrutura residual, torna-se visível o trabalho humano realizado –, relação raramente construída em qualquer outro espaço da universidade. A extensão, então, consegue criar portas de acesso para uma nova forma de interagir com o mundo material à nossa volta, partindo do princípio de uma preocupação genuína em cooperar e retribuir o esforço, conhecimento ou o tempo utilizado para a pesquisa. Uma das retribuições possíveis é a divulgação de informação e da valorização do serviço público que essas pessoas realizam, o que esperamos lograr com esse artigo.

2. Extensão universitária e pesquisa acadêmica: encontros, dissidências e oportunidades

A extensão universitária e a pesquisa acadêmica são alicerces do ambiente universitário, desempenhando papéis complementares no avanço do conhecimento e na transformação social (e pessoal, quando tratamos da figura do estudante universitário). Se por um lado, a pesquisa acadêmica busca aprofundar o conhecimento científico por meio de investigações rigorosas e sistemáticas, por outro, a extensão universitária conecta a universidade às problemáticas da sociedade, promovendo a aplicação prática do conhecimento acadêmico e contribuindo para diagnósticos e soluções que sirvam as comunidades.

Sendo assim, projetos que articulem tanto a pesquisa quanto a extensão, integram um corpo discente e docente conectados com as realidades multifacetadas que compõem a nossa sociedade. Transformam, então, o espaço acadêmico em um espaço seguro para uma contínua formação de pesquisadores e professores – se preocupados com a justiça social, a democratização do saber, a veracidade de informações e com a ética dentro da pesquisa –, ao abarcar teoria e prática com o zelo do resultado e impacto social da pesquisa/extensão. Quando integradas, a extensão universitária e a pesquisa acadêmica permitem que o conhecimento gerado no ambiente acadêmico transborde para além dos muros da universidade, promovendo transformações reais na vida das comunidades, ou na própria universidade.

No contexto do socioambientalismo catador, essas iniciativas tornam-se ainda mais relevantes ao estabelecer parcerias entre acadêmicos e catadores de materiais recicláveis, que desempenham um papel crucial na gestão de resíduos, na preservação ambiental, na limpeza e cuidado das cidades. Por meio de projetos de extensão, é possível oferecer capacitações, apoio técnico, tratamentos de saúde e visibilidade a esses trabalhadores, ao mesmo tempo em que se promovem estudos que destacam o impacto de sua atuação no sistema de reciclagem e na economia solidária. Pesquisas acadêmicas podem explorar tecnologias de reaproveitamento de materiais, formas de organização coletiva e políticas públicas que valorizem o trabalho dos catadores e melhorem suas condições de vida, a partir das próprias interpretações de necessidades e críticas de seus espaços de trabalho e convivência social, sendo inegociáveis o respeito e a equidade nas relações. Ao envolver estudantes e pesquisadores nesse diálogo extensionista, cria-se um ambiente de aprendizado prático e crítico, onde, como é o caso, as questões socioambientais e as desigualdades sociais são abordadas de maneira integrada. Assim, a extensão universitária e a pesquisa acadêmica tornam-se ferramentas estratégicas para a construção de uma valorização dos saberes populares e da cooperação interdisciplinar e intersetorial.

3. Vidas Recicladas I, II e III

É na primeira edição do projeto Vidas Recicladas, em 2022, quando são primordialmente desenvolvidos os instrumentos que vão dar início ao contato da pesquisa com os cooperados associados à CENTCOOP. Para tanto, as ações de extensão iniciais dialogaram com a realização de demandas internas, comunicadas verbalmente em encontros com a diretoria, de oficinas de atividades burocráticas envolvendo o cooperativismo e o associativismo, como a elaboração de projetos para editais e a elaboração de atas de reunião.

Baseando-se nas interações e conversas entre (e com) os catadores, a equipe desenvolveu, então, uma proposta de análise na qual esses trabalhadores mantinham e/ou inovavam suas práticas laborais no ambiente da cooperativa e expressavam determinadas disposições para o funcionamento coletivo e solidário, especialmente dentro das cooperativas que surgiram após o fechamento do Lixão da Estrutural, a fim de determinar se houve uma inclusão socioprodutiva da classe – ou, se o interesse por parte da modernização do processo da gestão de resíduos foi capaz de realmente excluir os catadores do ciclo da logística reversa⁶.

A equipe da Extensão mediou rodas de conversa entre catadoras e catadores de cooperativas que já haviam trabalhado no Lixão, e, em um segundo momento, aplicou entrevistas narrativas individuais para descobrir e afunilar focos de pesquisa, considerando que “A metodologia qualitativa fornece as condições para que o inesperado surge no discurso, na medida em que é uma metodologia aberta e flexível que incentiva a manifestação do que está implícito e do que deve surgir”⁷. Sendo assim, a partir dos dados revelados das histórias de vida⁸ das pessoas entrevistadas, estabeleceu-se uma justificativa para a sequência do projeto e o desenvolvimento de uma Iniciação Científica. O projeto de extensão, em sua primeira edição, recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Inovação Social da UnB 2023, na categoria Meio Ambiente e Ciências da Terra.

A continuidade da pesquisa foi apoiada na experiência compartilhada e discutida simultaneamente com a equipe do Projeto de Iniciação Científica e com os discentes da primeira edição do Projeto de Extensão. Essa investigação ampliada permitiu a compreensão dos desafios técnicos da execução plena do trabalho cooperativista e associativista que esses catadores enfrentavam, oportunizando um retorno prático para a equipe administrativa da CENTCOOP. Nesse estágio, os alunos do projeto Vidas Recicladas II trabalharam com o cotidiano do gerenciamento de arquivos, demandas internas dos catadores e elaboração de material de apoio. Portanto, foi muito importante para a manutenção das atividades extensionistas do projeto o estreitamento da relação entre a equipe pesquisadora e a equipe administrativa. A partir da exploração da literatura nacional e internacional sobre cooperativismo entre catadores de resíduos sólidos e de seus discursos sobre a prática da catação, percebe-se que o impacto da transição do Lixão para as cooperativas. Este processo, além de mudar as relações de trabalho e a socialização entre os catadores, resulta também em uma carência na formação cooperada/cooperativista, não cumprida no momento de transição. Agora, em um trabalho regularizado e formal, os meios de fazer a catação teriam que mudar junto com os catadores, surgindo, assim, desentendimentos burocráticos envolvendo esses empreendimentos e a separação/triagem do resíduo.

Para a terceira edição do Projeto, buscou-se auxiliar na organização de duas associações de catadores, que tinham recentemente se consagrado como associação, localizadas no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN). Elaborou-se, então, um trabalho de sensibilização para os eixos que estruturam esse regime associativista, tais como a história do movimento nacional dos catadores, os direitos humanos que concernem o catador⁹, os direitos e deveres do catador associado, o que eles têm em comum¹⁰ e capacitações para registros formais de reuniões e assembleias. Elementos que se faziam relevantes à medida que garantiam a historicidade das decisões tomadas coletivamente em momentos de autogestão e deliberação, como eleições para a diretoria e assembleias. Logo, através das atividades planejadas e concebidas pelas graduandas da Extensão, buscou-se incentivar as pessoas recém associadas a criarem soluções para os problemas coletivos dentro dos valores cooperativistas, ao mesmo tempo em que as estudantes se engajaram com os desdobramentos sociais das políticas de gestão de resíduos sólidos no país, integrando o conhecimento acadêmico com a robustez do conhecimento laboral catador.

4. Atuação extensionista e formação em Ciências Sociais

Ao propor uma reflexão sobre o papel e os efeitos do projeto de extensão em tela na formação de docentes em Ciências Sociais, é necessário problematizar a noção e os sentidos atribuídos à extensão universitária. Com efeito, a especificidade da extensão, que se coloca necessariamente em relação com o território e os sujeitos que nele habitam e interagem, permite evidenciar um universo de problemáticas que não ganham espaço no debate público e nem mesmo na esfera de investigação e produção de conhecimento científico.

Ao mesmo tempo, ainda inserida no contexto do lócus acadêmico, a extensão corre

⁶ CAVÉ, J. En quête des communs urbains: la gestion conflictuelle des déchets au Brésil. *Revue internationale des études du développement*, 233 | 2018, 117-137.

⁷ RUIZ, J. R. *Sociological Discourse Analysis: Methods and Logic*. Forum Qualitative Sozialforschung, 2009, vol. 10, n. 2.

⁸ FERRAROTTI, F. Las historias de vida como método. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, v. 14, n. 44, p. 15-40, 2007.

⁹ MNCR. *Cartilha de Direitos Humanos e Catadores de Materiais Recicláveis*. fev. 2008.

¹⁰ LAVAL, C. *Commun et communauté: un essai de clarification sociologique*. SociologieS, 2016.

¹¹ SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

¹² Ibidem.

¹³ CAMPOS, L. Por uma Sociologia Crítica da Crítica: Relendo Lüc Boltanski a partir de Margareth Archer. Conferência da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR) Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2009.

¹⁴ BOLTANSKI, L. THÉVENOT, L. A sociologia da capacidade crítica. Tradução de Marcos de Aquino Santos, a partir do artigo "The sociology of critical capacity", publicado em European Journal of Social Theory 2(3): 359-377, 1999 Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

¹⁵ BOLTANSKI, L. CHIAPELLO, É. O novo espírito do capitalismo. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2009.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ SINGER, P. Introdução à economia solidária. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 1107.

o risco de se posicionar apenas no sentido de "transmissão" de conhecimento ou de uma ação meramente performática e pouco concreta na realidade da população trabalhadora enquadrada como "público-alvo", tratando-a como receptora passiva daquela atividade¹¹. Nesse sentido, observa-se um distanciamento entre trabalho intelectual - nesse caso, aquele produzido por docentes e discentes na universidade - e trabalho material, produzido pela população com quem a extensão geralmente se relaciona e associado às classes mais baixas e menos escolarizadas. Essa dicotomia entre as diferentes esferas do trabalho opera como reflexo da separação historicamente produzida entre trabalho e educação¹².

Essa distinção pode conduzir ao enganoso entendimento de que não há reflexão e construção de pensamento crítico em ambientes de trabalho manual e, geralmente, precário, de forma que os sujeitos presentes nesse espaço são concebidos como meros reprodutores de uma estrutura social em que, "coagidos por violências simbólicas"¹³ reforçariam e até endossariam as próprias condições de sua exploração. Ou, se a crítica e denúncia a partir desses atores é, ao menos, observada, esse tipo de conhecimento não é legitimado, legando o direito de discutir e incidir na vida pública somente aos acadêmicos e aos profissionais intelectuais.

No âmbito de investigação sociológica, tanto os projetos de extensão quanto o projeto de pesquisa utilizaram-se das lentes da sociologia da capacidade crítica, teorizada por Boltanski e Thévenot¹⁴, que se compromete a tratar seriamente o discurso dos atores, a partir de uma investigação axiológica. Logo, opera-se no entendimento de que esses se utilizam de diferentes e legítimas - a depender das cités de onde produzem e que recebem seu discurso -, ordens de grandeza, pautadas em valores e normas, para justificar suas ações e posições na vida social. A postura metodológica tomada pretende, portanto, deslocar o sociólogo da posição de pretensão que normalmente ocupa ao elaborar uma compreensão crítica dos fenômenos, que, por vezes, pode sobrepor a própria realidade investigada, sem considerar as capacidades reflexivas dos atores que a vivenciam.

Logo, ao pautar e discutir a experiência de catadores de materiais recicláveis, os docentes e discentes que atuaram nas extensões e na pesquisa, preocuparam-se em dialogar efetivamente com esses sujeitos e com suas realidades, o que permitiu que eles também se relacionassem ativamente com as atividades aplicadas. As ações e produções desenvolvidas por extensão e pesquisa tomaram, como ponto de partida, fundamentações teóricas em torno das variáveis da realidade dos catadores: cooperativismo, gestão de resíduos sólidos, economia popular e solidária, identidade, raça, gênero etc. Ainda, a análise sociológica não se tornou irreduzível às categorias e conceitos compreendidos e determinados a priori, uma vez que esses se comprometeram a embasar um processo de ação e investigação que se constrói e se transforma à medida que se relaciona com os sujeitos contemplados.

O esforço da competência sociológica, no entanto, deve estar em não findar sua análise na mera descrição das justificativas do agente, mas, tomá-las a partir de sistemas estruturados de valores, marcados por relações de hierarquia e poder. Assim, pode-se investigar de que modo - e por trás de quais motivações - os sujeitos investigados lidam com processos críticos e apontar as contradições estruturais implicitamente expressas em suas elaborações. Dessa forma, evidencia-se, por outro lado, como as instituições retornam, por meio de uma economia moral, as críticas a elas direcionadas, como sugere Boltanski¹⁵.

5. Cooperativismo catador por uma perspectiva sociológica

Diante do exposto, em uma perspectiva macro, a reflexão em torno do cooperativismo catador remete à ousada provocação de como se dá a construção de alternativas que, em contraposição ao modelo produtivo e econômico vigente, vislumbram a promoção de justiça social e ambiental, em meio à lógica incorporadora e destrutiva do capital. Ou seja, para além da imposição de obstáculos para a efetivação de experiências populares e solidárias, como é o caso das cooperativas e associações de materiais recicláveis, o capitalismo operacionaliza discursos contrários a ele, incorporando-os, de forma a corromper e esvaziar o caráter crítico e transformador de quaisquer movimentos sociais¹⁶. Não à toa, observa-se o crescimento exponencial de sistemas e redes cooperativistas que se descaracterizam da lógica de organização econômica não lucrativa e passam a operar pelo modelo empresarial, evidenciando que "em termos quantitativos, o movimento cooperativista nunca deixou de se expandir em

plano mundial, mas qualitativamente é provável que sua degeneração tenha se acentuado¹⁷.”

Em uma perspectiva histórica, experiências populares de organização coletiva do trabalho passam a emergir no Brasil a partir da década de 80, em um contexto de enfraquecimento da sociedade salarial e de desemprego estrutural, como uma forma de resistência dos próprios trabalhadores aos moldes de trabalho capitalistas, que se baseiam na superexploração da mão de obra em função da acumulação de capital. Em uma concepção sistematizada por Paul Singer¹⁸ denominada economia solidária, essas organizações autogeridas pelos trabalhadores passam a se caracterizar como empreendimentos econômicos solidários, que têm como base a atividade econômica sem fins lucrativos, autogerida e de produção igualmente compartilhada entre seus membros. Aqui, distintamente da relação de separação produzida entre trabalho e educação formal, as bases desses empreendimentos sustentam-se e fortalecem-se pela educação popular, fundamentada em investigações que rompem com mais uma dicotomia e aproximam sujeito e objeto¹⁹. Não se trata, portanto, de uma correspondência aos processos de ensino comumente direcionados à classe proletária, em que se assimila educação ao próprio processo de trabalho, mas sim da construção de um conhecimento emancipador, que possibilite a visualização de experimentações sociais transformadoras.

Dessa maneira, cooperativas e associações tornaram-se regimes típicos da economia solidária, à medida que seu funcionamento como empreendimento implica conhecimento, poder e instrumentos dos trabalhadores sobre sua própria organização²⁰. Entende-se, favoravelmente, o potencial de diversidade e ampliação da economia solidária, à medida que é capaz de englobar qualquer tipo de atividade econômica: desde o artesanato e a agricultura familiar até a reciclagem, o trabalho em plataformas digitais, coletivos de cultura, de comunicação, entre outros. Por outro lado, suas experiências podem enfrentar limitações e fragilizações, uma vez que as condições de conhecimento, de poder e de instrumentos – fonte de luta e conquista dos trabalhadores – não são dadas e estão situadas em uma infraestrutura que atua como mecanismo de invisibilidade desses sujeitos e seus problemas²¹. Deve-se considerar ainda, que o público majoritário desse tipo de organização, mulheres, pessoas negras, povos quilombolas, ribeirinhos e indígenas, são transpassados por uma intersecção de violências e processos de marginalização consolidados historicamente e institucionalmente, que, na perspectiva do trabalho, os situa como público com as maiores taxas de desemprego e condições de subemprego.

Os catadores de materiais recicláveis, por sua vez, inserem-se no contexto de modernização da gestão de resíduos sólidos, em que o tratamento do resíduo como recurso em potencial²² engloba cada vez mais atores plurais: da gestão pública, de empresas de reciclagem, logística reversa, equipamentos e tecnologias de tratamento de material. Trava-se, então, um campo desigual de disputas acerca da “propriedade” do resíduo e de sua definição como bem público ou privado. O cenário comum promovido, inclusive, pelo serviço público de coleta seletiva, tem privilegiado a concepção privada do material. Dessa forma, cooperativas de materiais recicláveis são levadas a competir e comercializar com grandes empresas privadas, tratadas igualmente a nível jurídico e tributário, de forma desproporcional a suas condições de acesso a recursos, crédito, tecnologias e de produção e comercialização de materiais.

A nível institucional, a Política Nacional de Resíduos Sólidos²³, que se comprometeu com a finalização dos aterros sanitários, ou “lixões”, no país e com o incentivo a criação de cooperativas e associações de catadores, foi representativa de um marco histórico da luta de catadores de materiais recicláveis por reconhecimento e condições dignas de trabalho. Desde sua implementação, no entanto, as ações da política têm sido integradas pelos estados e municípios de maneira a secundarizar o papel dos catadores na gestão de resíduos sólidos, como observado no encerramento do aterro do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro²⁴ e na Cidade Estrutural, do Distrito Federal – contexto de observação e análise do projeto de extensão e pesquisa.

O panorama específico da economia solidária e do trabalho dos catadores na Cidade Estrutural acompanha o desenvolvimento da região desde os seus primórdios. Seu surgimento, há mais de 20 anos, foi resultado direto do crescimento do Aterro Controlado do Jóquei Clube – o Lixão da Estrutural, considerado o maior da América Latina –, que possibilitou a subsistência de catadores de materiais recicláveis. Essas pessoas, consequentemente, migraram para os arredores do lixão, espaço irregular apropriado como uma oportunidade informal, mas concreta, de geração de emprego e renda.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ JARA, O. H.; FALKEMBACH, E. M. F. Educação popular e sistematização de experiências. In: Strech, Danilo R.; Esteban, Maria Teresa (orgs.). Educação Popular: lugar de construção social coletiva. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. v. 1, p. 151-166.

²⁰ CASTRO, M. F. Saúde do trabalhador e economia solidária: um estudo do cotidiano em empreendimentos econômicos solidários. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 65-80, 2019.

²¹ EDWARDS, P. N. The Mechanics of Invisibility: On Habit and Routine as Elements of Infrastructure. In I. Ruby & A. Ruby (Eds.), Infrastructure Space (Berlin: Ruby Press), 2017, p. 327-336.

²² CAVÉ, J. En quête des communs urbains: la gestion conflictuelle des déchets au Brésil. Revue internationale des études du développement, 233 | 2018, 117-137.

²³ BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2010.

²⁴ LIMA, M. R. P. Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ). Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 145-180, jan./abr. 2018.

Por essa origem particular, essa Região Administrativa, ocupada majoritariamente por catadores, enfrenta, até hoje, problemas de regularização, que impedem que seus habitantes tenham acesso a serviços e políticas públicas de qualidade e que os trabalhadores possam desenvolver sua produção formalmente. Diante desse cenário de "margem" imposto aos seus moradores, além do trabalho informal dos catadores, muitos empreendimentos informais foram constituídos. Em uma expressão de resistência, catadores passam a se organizar em cooperativas e associações, assim como órgãos e movimentos de apoio desenvolvem-se a fim de promover trocas comunitárias e fortalecer o desenvolvimento econômico local, como o Banco Comunitário da Estrutural e o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE).

Situados, portanto, no contexto particular da Cidade Estrutural, que vivenciou, em 2018, o encerramento do Lixão - espaço central para a geografia desse território -, os relatos de catadores expuseram um cenário em que esses foram impositivamente destituídos de exercer sua atividade primária de geração de renda, em um local de trabalho onde garantiam não apenas sua subsistência, mas vivenciavam um universo social com dinâmicas e relações próprias. Considerando essa conjuntura, ainda que conscientes e críticos das condições de trabalho precárias e insalubres que enfrentavam no lixão, onde a contração de doenças ou a ocorrência de acidentes era comum, a dignidade salarial foi ponto irredutível e convergente em seus discursos para a defesa do lixão como local de trabalho preferível por parte majoritária dos catadores, agora inseridos nas cooperativas.

Esse caso problematiza o discurso unísono predominante nas instâncias midiáticas de que o fechamento do lixão, além de emblemático para a causa ambiental, resolveria de forma absoluta as problemáticas associadas às condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Em uma leitura simbólica, o encerramento do lixão resultou em algo similar à expressão "jogar a sujeira para debaixo do tapete": se faz desaparecer toda a infraestrutura residual, o lixo e aqueles que trabalham com ele, como resposta à necessidade de modernização da cidade, que mais se traduziu em um fenômeno de higienização social. A capital do país, dessa forma, logra romper com seu título de que abriga o maior lixão da América Latina, e a "sujeira" é convertida em um contraditório processo de inclusão socioprodutiva e de instalação da coleta seletiva. O que, de fato, se demonstrou foi a negligência, a falta de compromisso e de responsabilidade social da gestão pública do Distrito Federal em conduzir um processo justo e pautado no diálogo com os principais atores da gestão de resíduos sólidos do território. Assim, até que as cooperativas e associações fossem regularizadas e deslocadas para os galpões, esses trabalhadores tiveram sua renda comprometida e não receberam a indenização prometida pelo governo. Mesmo depois de fixados, os catadores lidam com a carência de estrutura e financiamento dos galpões, a insuficiência e qualidade comprometida do material recebido pela coleta seletiva, tributações exorbitantes - que não correspondem à sua capacidade de produção e venda - e a falta de dignidade salarial.

A partir daí, visualiza-se uma distância entre a experiência de catadores de materiais recicláveis e a economia solidária. O afastamento é tanto concreto, em termos de condições materiais que impossibilitam a intransigência dos princípios desse modo produtivo, quanto simbólico à medida que esses sujeitos não se entendem pertencentes à economia solidária. O processo de transição implementado arbitrariamente impediu que os catadores pudessem se organizar de forma autônoma, controlar sua produção e apropriar-se do cooperativismo, de forma que a posição comumente assumida por dirigentes de cooperativas e associações é de um poder verticalizado, que transforma as dinâmicas coletivas de deliberação, como as assembleias, em performáticas e pouco produtivas. Aqui, vale mobilizar o entendimento da noção de liberdade e autonomia nas relações de trabalho, considerando a força do discurso neoliberal quanto à soberania da competência e do esforço individual. Essa lógica promove tensões na adaptação do trabalho nas cooperativas, reproduzindo hábitos e posições que tem como premissa a competição e o individualismo, em detrimento da necessidade de gestão coletiva do trabalho²⁵. Por oposição, o cooperativismo parte do entendimento da "liberdade de se relacionar com os outros e de agir com eles"²⁶, pouco evocada no imaginário social e na constituição das relações e dos modos de organização do trabalho modernos.

Ao mesmo tempo, as críticas produzidas pelos catadores em relação às dinâmicas e condições de trabalho no cooperativismo não desconsideram a responsabilização de atores privados, no caso das empresas, e públicos, no caso do governo, que conduzem a coleta e a comercialização dos materiais, além do aparato burocrático, em detrimento da garantia de condições mínimas de trabalho aos cooperados. Afinal, vale o destaque de que "O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público,

²⁵ CASTRO, M. F. Saúde do trabalhador e economia solidária: um estudo do cotidiano em empreendimentos econômicos solidários. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 65-80, 2019.

²⁶ PROUDHON, 1929, *apud* LAVAL, 2016, p. 7

sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de autoemancipação²⁷. Por isso, entende-se que mesmo resultante das contradições do capitalismo para se autodeterminar, o cooperativismo catador está necessariamente instalado no contexto de sua economia global e perpassa por uma relação de dependência com outros atores.

Deste fato, advém a importância da institucionalização da economia solidária, recentemente consolidada pela aprovação da Política Nacional de Economia Solidária²⁸, mas acima de tudo, da integração de suas políticas subsequentes com outras políticas e programas voltados para o cooperativismo catador, como o Programa Pró-Catador²⁹ e, a nível distrital, o Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal³⁰ e a própria Política Distrital de Resíduos Sólidos³¹. A implementação e o diálogo entre esses marcos normativos podem apoiar o reconhecimento do regime cooperativista e da categoria dos catadores como entes próprios da economia solidária. Dessa forma, a regulamentação jurídica e tributária dessas cooperativas e associações estaria alinhada às suas condições e necessidades, possibilitando o acesso a políticas públicas específicas e favorecendo um cenário de autossuficiência econômica e produtiva.

Cumprido evidenciar, além disso, o pertencimento a uma comunidade como um forte sentimento expresso pelos catadores nas cooperativas, que resgatam o universo destituído no lixão e permitem a construção de fortes laços de solidariedade com uns aos outros, à medida que se percebem em posição de igualdade com seus colegas de trabalho e compartilham suas vivências. No geral, a própria forma de inserção nas cooperativas, após o encerramento do lixão, é resultado de vínculos sociais que predicam a solidariedade, uma vez que sua característica determinante é o recrutamento familiarista e associativista: os cooperados indicam familiares, amigos, vizinhos e conhecidos que precisam de emprego, ou seja, fortalecem e cooperam com sua comunidade local, criando oportunidades através de redes solidárias orgânicas. Assim, distintamente da lógica competitiva e individualista, a forma de lidar com dinâmicas cotidianas e contornar problemas e precariedades do trabalho, - como a falta de equipamentos, a ausência do direito à licença médica e às férias, a realização de momentos de lazer, o acolhimento às crianças filhas de catadores - é guiada por soluções pensadas e aplicadas coletivamente, que implicam sentimentos de empatia, reciprocidade e confiança:

Acreditamos que essa vulnerabilidade da força econômica, política e tecnológica da autogestão do trabalho, diante do modelo industrial capitalista, possa ser compensada pela astúcia e por certa capacidade de organização dos trabalhadores, o que os ajudaria a alcançar algum equilíbrio nas relações cotidianas de poder entre eles e o mundo do trabalho, para restabelecer a solidariedade³².

Portanto, as condições precárias que demarcam a complexa inclusão socioproductiva dos catadores tensionam a elaboração de críticas e justificativas ao trabalho cooperativista segundo a mobilização de diferentes ordens de grandeza³³. Não obstante, visualiza-se a construção de um mundo comum, no universo do cooperativismo catador, que se aproxima do que Boltanski elaborou como "*citê cívica*". Nessa esfera, o bem e o interesse comum são referenciais para determinar as práticas e discursos dos sujeitos, que serão reconhecidos a depender da sua conformidade com princípios de igualdade e solidariedade. A subjetivação desse modo particular de se posicionar socialmente é resultado das operações críticas e criativas a partir das quais catadores contornam suas dissidências e constroem seu "comum", na possibilidade de se desdobrar para o restabelecimento dos laços do cooperativismo catador com a economia solidária, em sentido de fortalecer seu caráter transformador e que proporcione condições de trabalho e de vida mais justas, dignas e solidárias a esses atores.

6. Conclusão

É possível dizer, então, que a mobilização da prática dupla de extensão e pesquisa torna-se fundamental para a construção de uma nova compreensão crítica, comprometida com a valorização de conhecimentos e objetos pouco remontados na disciplina sociológica e na agenda pública. Essa estratégia investigativa valoriza, justamente, processos inacabados, constituídos de complexas infraestruturas e relações sociais - mais críticas do que estabilizadas - e de potencial transformador pelas ações e reflexões dos próprios sujeitos. As contradições e dicotomias reveladas no processo prático de indissociabilidade de extensão e pesquisa não foram estabilizadoras para que essas avançassem, e sim promotoras de novos questionamentos

²⁷ SINGER, P. Introdução à economia solidária. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

²⁸ BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2024.

²⁹ BRASIL. Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023. Institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2023.

³⁰ BRASIL. Decreto nº 34.329, de 30 de abril de 2013. Institui o Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2013.

³¹ BRASIL. Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014. Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2014.

³² CASTRO, M. F. Saúde do trabalhador e economia solidária: um estudo do cotidiano em empreendimentos econômicos solidários. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 65-80, 2019, p.67.

³³ BOLTANSKI, L. THÉVENOT, L. A sociologia da capacidade crítica. Tradução de Marcos de Aquino Santos, a partir do artigo "The sociology of critical capacity", publicado em *European Journal of Social Theory* 2(3): 359–377, 1999 Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

³⁴ SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Safatle, V; Júnior, N. da S; Dunker, C. (Org.). São Paulo: Autêntica, 2020.

³⁵ *Ibidem*, p. 21.

³⁶ JARA, O. H.; FALKEMBACH, E. M. F. Educação popular e sistematização de experiências. In: Strech, Danilo R.; Esteban, Maria Teresa (orgs.). *Educação Popular: lugar de construção social coletiva*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. v. 1, p. 151-166.

³⁷ LAVAL, C. *Commun et communauté: un essai de clarification sociologique*. SociologieS, 2016, p.3.

e direções, provavelmente não mobilizados caso esses projetos não caminhassem juntos.

A extensão destaca-se pela sua tentativa de irromper com uma tendência acadêmica naturalizada de não se relacionar concretamente com os territórios e sujeitos investigados, ao passo que a pesquisa motiva a investigação rigorosa e comprometida de fatos e situações não necessariamente prescritas por sua fundamentação teórica, mas observados a partir da experimentação científica de processos e movimentos sociais. As relações gradualmente entranhadas entre os sujeitos da extensão e pesquisa, docentes, discentes e catadores, transpassam a premissa de objetividade e determinam diretamente os modos de subjetivação dos entes envolvidos, seja como pesquisadores, trabalhadores ou indivíduos, que passam a se situar não de forma isolada, mas em uma experiência coletiva de reconhecimento e construção de saberes emancipadores. Assim, como sujeitos envolvidos, mesmo que parcialmente, na rotina e dinâmica do cooperativismo catador, também nós compartilhamos as redes de significação em volta da definição de um "comum" nas cooperativas, e por elas atribuímos sentidos a outros mundos próprios da nossa experiência acadêmica.

Por fim, a defesa de um cooperativismo catador mobilizado conjuntamente à economia solidária, não perpassa a mera idealização de outro mundo possível, mas parte da observação de uma nova sociabilidade e cultura de trabalho em construção, calcada em práticas e relações associativas e solidárias. Até resultarem no estabelecimento soberano da racionalidade econômica neoliberal³⁴, a livre iniciativa, a competitividade e o empreendedorismo não irromperam como virtudes espontâneas dos indivíduos. Esses elementos foram inculcados, inclusive, psiquicamente, por ações de desregulação de uma vida coletiva e heterogênea. Nesse sentido, há, em voga e em disputa por uma pluralidade de atores, a emergência de uma nova racionalidade, potencialmente solidária, com capacidade de reinventar as formas de se produzir, de se organizar o trabalho e de se viver. A sua distinção essencial em relação à racionalidade então consolidada é que, para a "mudança dos corações e mentes", as "doses maciças de intervenção e reeducação"³⁵ não obedecem à lógica da autonomização da instância econômica diante da política, nem mesmo a estabilização das dimensões de produção dos conflitos sociais.

A possibilidade de emancipação a partir do cooperativismo catador compreende a economia como esfera determinante nos espaços de deliberação e tomada de decisão, pois assim a vida dos catadores é ultrapassada diariamente, e é promovida necessariamente pela noção de comunidade, de forma muito diferente daquela que se constitui, isoladamente, pela homogeneização dos seus membros e pela neutralização de conflitos. Paralelamente, os processos educativos que conduzem esse fenômeno são advindos da sistematização de experiências e da investigação social produzidas pelos próprios trabalhadores, diante da emergência da educação popular³⁶. Trata-se, portanto, de "modificar a relação de poder entre os indivíduos a todos os níveis de uma sociedade vista na perspectiva das atividades que a produzem"³⁷. Nesse caso e mais especificamente, trata-se de redimensionar os catadores, atores primordiais para a manutenção infraestrutural da geografia da cidade, para o centro da agenda de gestão de resíduos sólidos e das políticas públicas, à medida que seu trabalho reverbera na destinação e no aproveitamento adequado de resíduos e materiais produzidos por toda uma comunidade, ou seja, em uma atividade coletiva, que compartilha, entre seus comuns, seus resultados e dispõe a favor de interesses igualmente comuns.

Notas

* Graduanda em Ciências Sociais - Licenciatura na Universidade de Brasília (UnB). Email: luisacorreiago@hotmail.com

** Graduanda em Sociologia na Universidade de Brasília (UnB). Email: perotto.barbara@gmail.com

Referências

BOLTANSKI, L. THÉVENOT, L. **A sociologia da capacidade crítica**. Tradução de Marcos de Aquino Santos, a partir do artigo "The sociology of critical capacity", publicado em *European Journal of Social Theory* 2(3): 359–377, 1999 Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

BOLTANSKI, L. CHIAPELLO, É. **O novo espírito do capitalismo**. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 1971.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 34.329, de 30 de abril de 2013**. Institui o Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. **Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023**. Institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. **Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024**. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2024.

CAMPOS, L. Por uma Sociologia Crítica da Crítica: Relendo Lüc Boltanski a partir de Margareth Archer. **Conferência da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR)**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2009.

CASTRO, M. F. Saúde do trabalhador e economia solidária: um estudo do cotidiano em empreendimentos econômicos solidários. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 65-80, 2019.

CAVÉ, J. En quête des communs urbains: la gestion conflictuelle des déchets au Brésil. **Revue internationale des études du développement**, 233 | 2018, 117-137.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Nº 5.418 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

EDWARDS, P. N. The Mechanics of Invisibility: On Habit and Routine as Elements of Infrastructure. In: I. Ruby & A. Ruby (Eds.), **Infrastructure Space** (Berlin: Ruby Press), 2017, p. 327-336.

FERRAROTTI, F. Las historias de vida como método. **Convergencia Revista de Ciencias Sociales**, v. 14, n. 44, p. 15-40, 2007.

JARA, O. H.; FALKEMBACH, E. M. F. Educação popular e sistematização de experiências. In: Strech, Danilo R.; Esteban, Maria Teresa (orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. v. 1, p. 151-166.

LAVAL, C. Commun et communauté: un essai de clarification sociologique. **Sociologies**, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologies/5677>.

LIMA, M. R. P. Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ). **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 145-180, jan./abr. 2018.

LIMA, M. R. P. Infraestruturas residuais: colonialismos na gestão de resíduos e a política catadora. **Estudos Avançados**, 2023, v. 37, n. 107, p. 63-82.

MNCR. **Cartilha de Direitos Humanos e Catadores de Materiais Recicláveis**. fev. 2008. Disponível em: <<https://www.mnccr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/cartilha-de-direitos-humanos-e-catadores>>.

RUIZ, J. R. Sociological Discourse Analysis: Methods and Logic. **Forum Qualitative Sozialforschung**, 2009, vol. 10, n. 2.

SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Safatle, V; Júnior, N. da S; Dunker, C. (Org.). São Paulo: Autêntica, 2020.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.